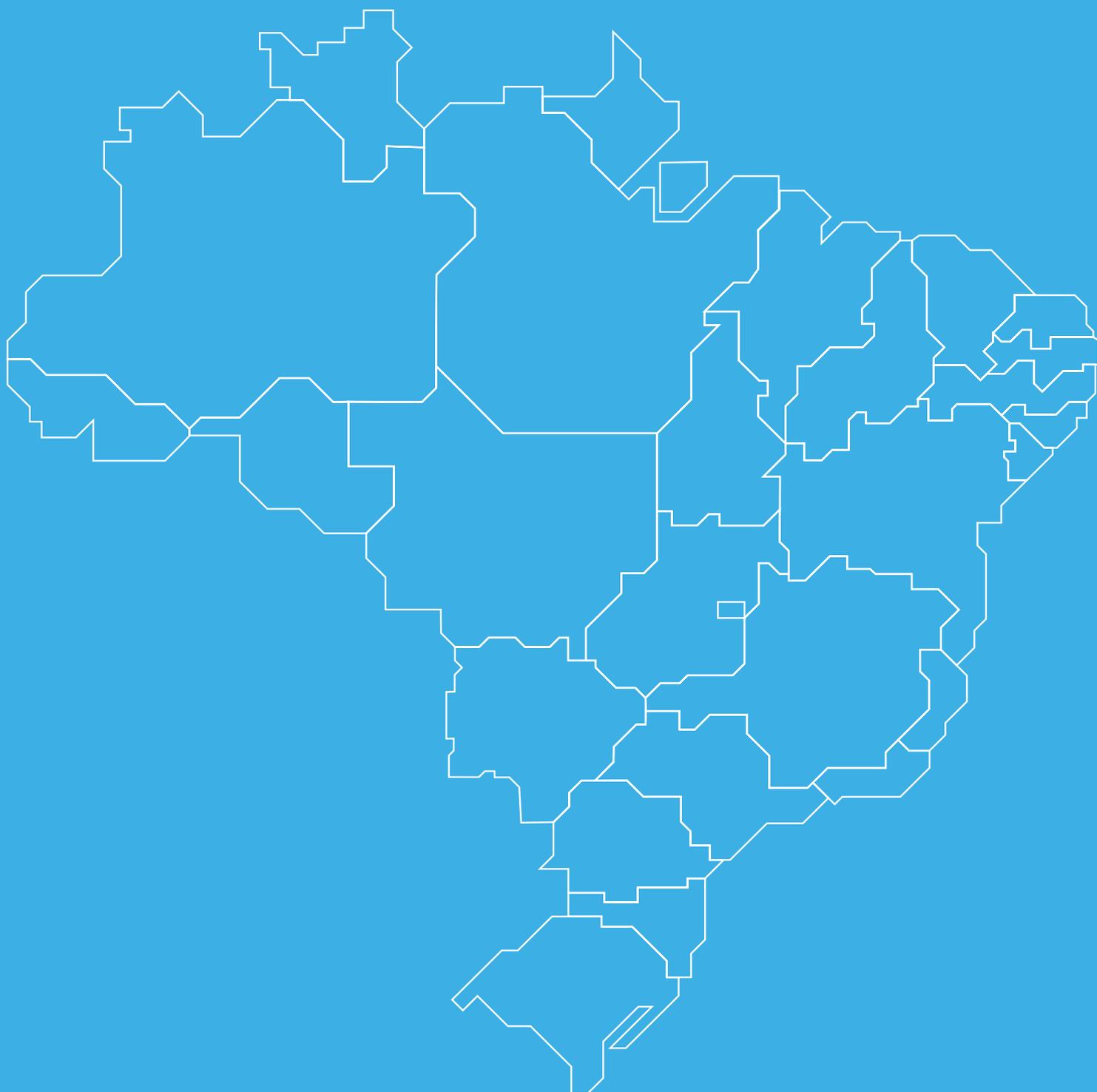


PERGUNTAS FREQUENTES

Ranking de Transparência no Combate à COVID-19
Governo Federal, Estados, Distrito Federal e Capitais Brasileiras



SOBRE O RANKING

▲ 1. O que é o Ranking de Transparência no Combate à COVID-19? Já não existe o Índice de Transparência para COVID-19 da [Open Knowledge Brasil?](#) ↗

O Ranking de Transparência no Combate à COVID-19 tem como foco a transparência das compras públicas – posteriormente poderão ser agregadas novas dimensões, como as doações, as despesas públicas e as medidas de estímulo econômico e de proteção social – na pandemia, enquanto o Índice da Open Knowledge Brasil é focado nos dados sanitários e epidemiológicos. São complementares e igualmente importantes.

Enquanto o ranking da TI ajudará a sociedade a acompanhar a integridade das respostas do poder público e bom uso dos recursos, o da Open Knowledge Brasil ajuda a monitorar a qualidade dos dados e informações relativos à pandemia publicados pelo poder público – o que é essencial para o acompanhamento da eficácia das ações realizadas para aprimorar a infraestrutura de saúde do país e conter a pandemia.

É importante unir esforços, cada qual no que tem maior conhecimento e pode agregar mais valor. Por isso dialogamos com a OKFn desde o início e identificamos muita sinergia. Haverá cooperação e não competição, pois nossas causas são comuns.

▲ 2. O que exatamente o Ranking de Transparência no Combate à COVID-19 avalia?

O ranking avalia se o governo federal, os 26 governos dos estados e o Distrito Federal, além das 26 prefeituras das capitais brasileiras, proveem acesso pleno, ágil e fácil aos dados sobre contratações emergenciais. A avaliação considera não apenas as exigências de disponibilização de informações previstas pela Lei 13.979/2020, que regulamentou as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública no país, mas vai além. O ranking também procura mensurar os esforços desses entes públicos em tornar esses dados mais acessíveis ao conjunto da população; inclusive por meio de formatos abertos que os tornem “legíveis” por máquinas (isto é, programas de computador que podem extrair e analisar dados automaticamente). Também avalia a atitude proativa desses governos no sentido de não apenas apresentar a informação, mas também disponibilizar canais de comunicação para que a população possa fazer denúncias e solicitar outras informações que não estão, a priori, disponibilizadas. Por fim, são analisados os esforços para divulgar, para um público mais amplo, as informações sobre as contratações emergenciais e o arcabouço legal destinado a prevenir e detectar casos de corrupção.

▲ 3. Quais são as classificações do ranking: do melhor ao pior resultado?

O ranking vai de zero a 100 pontos: zero (péssimo) implica que o ente avaliado é totalmente opaco e 100 (ótimo) indica que oferece alto grau de transparência.



▲ 4. Como este ranking é calculado? De que o índice final é composto?

A pontuação final do ranking é calculada a partir de notas atribuídas a um conjunto de informações buscadas nos portais dos 54 governos federal, estaduais, distrital e municipais. Em cada um deles, os pesquisadores da Transparência Internacional Brasil avaliam a transparência das informações sobre contratações emergenciais que estão à disposição do público.

Os dados encontrados são categorizados em quatro dimensões de análise: informações disponíveis; formato das informações; legislação; e controle social. Em seguida, as informações são separadas em diversas categorias, conferindo-lhes pontuações de acordo com pesos de valorações pré-definidos.

Acesse o site do ranking e baixe a nota metodológica completa. ➔

▲ 5. Por que este ranking foi criado?

Neste contexto da pandemia do COVID-19, governos do mundo inteiro estão gastando somas extraordinárias e flexibilizando os controles regulares, já que é imprescindível responder à emergência gastando o que for necessário e com agilidade. Mas gastar bem também contará muito no salvamento de vidas e na retomada econômica. É aí que a transparência se torna essencial, pois garantir transparência não significa emperrar o gasto público. A transparência é extremamente eficaz para prevenir o desperdício e a corrupção. A luta contra a corrupção é sobretudo uma luta por direitos e, em um contexto de pandemia, isso fica ainda mais evidente – uma vez que estamos falando de esforços para preservar o próprio direito à vida.

▲ 6. Com que frequência os dados desse ranking são atualizados?

A princípio, os dados do ranking serão atualizados mensalmente. Esta periodicidade poderá ser alterada em função da evolução mensurada e de outras mudanças no cenário nacional de enfrentamento à COVID-19.

▲ 7. Como os dados são coletados?

As informações sobre contratações emergenciais são buscadas nos seguintes portais: portal oficial do governo, Portal da Transparência, portal dedicado à Covid-19, portal de compras, portal dedicado às contratações emergenciais e no Portal de Dados Abertos de cada um dos entes governamentais avaliados. Apesar da multiplicidade de sites que podem eventualmente ser avaliados, é boa prática concentrar todas as informações sobre as contratações emergenciais em um mesmo espaço, de modo a facilitar o controle social. Além disso, buscou-se também por publicações sobre contratações emergenciais nos perfis oficiais dos governos estaduais, distrital e municipais nas redes sociais (Facebook e Twitter).

No caso do governo federal, em particular, foi considerado o site do Ministério da Saúde, onde estão publicadas informações sobre as contratações realizadas por aquele órgão. Esta escolha metodológica se deu em função do próprio destaque atribuído a ele por outros sites do governo federal, como o Portal da Transparência e o site da CGU. De fato, a falta de um site que concentre informações sobre todas as contratações emergenciais realizadas pelo governo federal é uma das principais deficiências na transparência de sua resposta à atual crise.

▲ 8. Os gestores dos governos avaliados têm acesso ao ranking antes de ser publicado?

Os resultados preliminares são apresentados às/aos gestoras/es responsáveis pelos órgãos de controle interno do governo federal, todos os estados, DF e municípios com objetivo de oferecer a oportunidade para que todas/os tomem conhecimento deles, implementem melhorias e apresentem eventuais pedidos de esclarecimento ou correção em relação às conclusões inicialmente alcançadas. Por fim, as comunicações recebidas, juntamente com as evidências apresentadas, são consideradas pela equipe da TI Brasil e os resultados finais são consolidados e publicados.

▲ 9. Por que esse ranking não avaliou o governo federal em seu lançamento, em maio de 2020, e na primeira atualização, em junho?

A Transparência Internacional - Brasil definiu como prioritário, em um primeiro momento, avaliar a ação de um conjunto de governos locais por diferentes fatores. Primeiramente, a atuação de governos municipais, estaduais e distrital têm grande impacto sobre os/as cidadãos/ãs – sobretudo quando se trata de saúde, um dos setores mais vulneráveis e dependentes dos investimentos públicos. O segundo ponto é que, em um contexto de pandemia, os riscos de corrupção na prestação desses serviços tornam-se ainda maiores no nível local, pois, normalmente, há menos controle e vigilância por parte da sociedade civil, órgãos de controle e imprensa. Já existem diversos exemplos de desvios de recursos e sobrepreços na compra de itens e serviços essenciais ao enfrentamento da COVID-19, tais como respiradores, medicamentos e equipamentos de proteção de médicos e enfermeiros. Em terceiro lugar, em um país continental como o Brasil, é fundamental investigar e lançar luz sobre as diferentes abordagens, ferramentas e iniciativas de promoção à transparência e combate à corrupção encontradas em governos locais, inclusive em contexto emergencial. Após duas edições do ranking, em maio e junho, verificamos que os gestores desses entes federativos e das capitais responderam prontamente ao chamado por maior transparência. Concomitantemente, a imprensa e o Tribunal de Contas da União destacavam naquele momento os crescentes obstáculos impostos pelo governo federal à prestação de contas e fornecimento de informações sobre as contratações realizadas pelos diversos órgãos federais. Entendemos, então, que era o momento de avaliar o governo federal para estimulá-lo a seguir o bom exemplo proporcionado por diversos governos subnacionais.

▲ 10. A minha cidade não está entre as analisadas pelo ranking. O que devo fazer?

A metodologia empregada na construção do Ranking de Transparência no Combate à COVID-19 [está disponível na internet](#)  e pode ser utilizada para avaliar o nível de transparência de outras cidades, especialmente, daqueles municípios que têm mais de 500 mil habitantes. Reconhecemos que há grande diversidade entre os municípios brasileiros e que os pequenos e médios municípios enfrentam limitações financeiras e materiais que podem dificultar a realização de algumas das recomendações que fundamentam este ranking. Por essa razão, adaptações podem ser realizadas de modo a garantir a transparência das contratações emergenciais mesmo em um contexto de recursos financeiros e tecnológicos mais limitados.

Além de aplicar a metodologia individualmente, sugerimos também considerar a possibilidade de cooperar com jornalistas investigativos e ONGs locais que realizam o controle social da administração pública. Com a ajuda da metodologia, poderão analisar o desempenho de suas cidades e comparar com outras, utilizando os resultados para cobrar as autoridades locais por melhorias.

» Caso necessite de orientações adicionais sobre como avaliar sua prefeitura e pressionar por avanços, escreva para campanha@br.transparency.org. Se seu interesse é entender em profundidade o ranking e a metodologia para uma pesquisa acadêmica, envie sua dúvida para conhecimento@br.transparency.org. Gestores públicos interessados em aprimorar as práticas de transparência no enfrentamento à COVID-19 também podem escrever para conhecimento@br.transparency.org. Se você for um jornalista e quiser a colaboração da Transparência Internacional em uma reportagem sobre a transparência nas compras emergenciais em sua cidade, o e-mail de contato é comunicacao@br.transparency.org.

SOBRE OS RESULTADOS

▲ 11. Quem são os “vencedores” do Ranking?

Não é correto falar em “vencedores” do Ranking, mas sim em governos que estão em maior consonância com as melhores práticas de transparência e dados abertos ou, ainda, que implementaram estas práticas de forma mais célere para proteger da corrupção a resposta do poder público à pandemia provocada pela Covid-19.

Este é um ranking dinâmico, que contará com futuras atualizações. Será também expandido para incluir novos elementos de análise, conforme a necessidade de avaliar e promover a transparência em relação a outros aspectos da resposta do poder público em relação à pandemia. Sendo assim, as novas iniciativas e avanços nos portais governamentais avaliados serão contabilizados nas próximas avaliações. É possível que as notas mudem e, conseqüentemente, poderá haver alterações nas posições do Ranking em futuras edições.

▲ 12. Estar bem colocado nesse ranking significa que aquele ente público é bem-sucedido na prevenção e no enfrentamento da corrupção nas contratações emergenciais da atual pandemia?

Não. O ranking de Transparência no Combate à COVID-19 não afere o número de irregularidade, nem tampouco identifica casos de corrupção. Contudo, a transparência pública é uma das formas mais eficazes para a prevenir a corrupção. Portanto, embora não se possa afirmar que governos mais transparentes são imunes à corrupção, pode-se considerar que estão adotando o caminho mais recomendado para prevenir o problema.

A corrupção – diferentemente de suas conseqüências que são muito evidentes e bem conhecidas – é um fenômeno complexo, multidimensional e, muitas vezes, invisível. É por esse motivo que a Transparência Internacional não mede a corrupção, mas, em outras instâncias, o nível de percepção sobre ela, como no caso de nosso principal índice, que é o Índice de Percepção da Corrupção (IPC).

▲ 13. Como vocês explicam o fato de a imprensa trazer denúncias de corrupção envolvendo contratações emergenciais de entes públicos que aparecem com boa colocação no ranking?

A boa prática de dar ampla publicidade aos dados relacionados a contratações emergenciais em resposta à Covid-19 não elimina a possibilidade de entes públicos estarem eventualmente envolvidos em denúncias de corrupção. A própria facilidade de acesso por parte da imprensa, sociedade civil e órgãos de controle a essas informações cria oportunidade para que casos suspeitos venham à tona – e virem notícia. Ao mesmo tempo, é comum que governos envolvidos em escândalos de corrupção reajam com melhorias de transparência, seja para prevenir que o problema volte a ocorrer, seja pela razão menos nobre de querer apenas melhorar sua imagem.

▲ 14. Vocês entendem que criar um ranking é suficiente para combater a corrupção nas contratações emergenciais no enfrentamento da pandemia do coronavírus?

Não há fórmula mágica contra a corrupção, mas há meios institucionais e legais eficazes para combatê-la. Um deles é justamente o fortalecimento da transparência, *accountability* e do controle social. Defendemos que impulsionar a transparência de instituições, processos administrativos e do orçamento público torna a corrupção mais difícil de acontecer e custosa. Nesse sentido, a criação deste ranking, assim como a publicação das [Recomendações para a Transparência de Contratações Emergenciais em Resposta à Covid-19](#),  pretende munir governos com meios e orientações para fortalecimento dos seus mecanismos de transparência e prevenção à corrupção, dificultando práticas ilegais e desvios nas contratações emergenciais realizadas no âmbito do combate à Covid-19.

▲ 15. O que a imprensa, sociedade civil e os órgãos de controle podem fazer com os resultados do ranking e com os dados disponibilizados?

Os resultados do ranking podem ser utilizados para pressionar governantes e gestores públicos a melhorarem seus padrões de transparência. Esta pressão pode ser exercida dando visibilidade em matérias de jornais, através de mobilizações em redes sociais e por um [mecanismo de pressão disponibilizado pela própria Transparência](#)

[Internacional: transparenciasalva.org.br](http://Internacional.transparenciasalva.org.br) 

Os dados que são disponibilizados sobre as contratações públicas podem ser utilizados para identificar sobrepreços (através de comparações com outras compras similares), fraudes (por exemplo, com empresas de fachada fornecendo insumos e serviços que não têm histórico ou capacidade de produção), conflitos de interesse (contratações de familiares ou pessoas associadas a gestores públicos e governantes), entre outras formas de corrupção e desperdício de recursos públicos.

SOBRE A TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL

A **Transparência Internacional** é um movimento global com um mesmo propósito: construir um mundo em que governos, empresas e o cotidiano das pessoas estejam livres da corrupção. Atuamos no Brasil no apoio e mobilização de grupos locais de combate à corrupção, produção de conhecimento, conscientização e comprometimento de empresas e governos com as melhores práticas globais de transparência e integridade, entre outras atividades. A presença global da TI nos permite defender iniciativas e legislações contra a corrupção e que governos e empresas efetivamente se submetam a elas. Nossa rede também significa colaboração e inovação, o que nos dá condições privilegiadas para desenvolver e testar novas soluções anticorrupção.

APOIO

Canada 